

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SPM, A SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA - TJ/BA, O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA PARA O ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR PRATICADA CONTRA AS MULHERES NO ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA RONDA MARIA DA PENHA E SALA LILÁS.**

A **SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.763.132/0001-17, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 776, Bloco A, 3º andar, Caminho das Árvores, CEP 41.820-904, Salvador/BA, neste ato representada pela Secretária de Estado **MARIA OLÍVIA SANTANA**, [REDACTED]

[REDACTED] denominada **SPM**, a **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.149/0001-43, com sede na 4ª Avenida, nº 430, CAB, Salvador/BA, neste ato representada pelo Secretário de Estado **MAURÍCIO TELES BARBOSA**, [REDACTED]

[REDACTED] doravante denominada **SSP**, e como intervenientes, a **POLÍCIA MILITAR DA BAHIA**, a **POLÍCIA CIVIL DA BAHIA** e o **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA**, todos os órgãos integrantes da Administração Pública e vinculados à estrutura da Secretaria da Segurança Pública, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.100.722/0001-60, com sede na 5ª Avenida, nº 560, CAB, Salvador/BA, neste ato representado pelo seu Presidente, o Excelentíssimo Desembargador **ESERVAL ROCHA**, [REDACTED]

[REDACTED] doravante denominado **TJ/BA**, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, [REDACTED] neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça **MÁRCIO JOSÉ CORDEIRO FAHEL**, [REDACTED]

[REDACTED] e a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**, inscrita no CNPJ/MPF sob o nº 07.778.585/0001-14, com sede na ..., neste ato representada pelo Defensor Público Geral **CLÉRISTON CAVALCANTE DE MACÊDO**, [REDACTED]

[REDACTED] por interesse comum resolvem firmar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, mediante a união de esforços e sob a forma de cooperação mútua para o Enfrentamento e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar praticada contra as Mulheres no Estado da Bahia, mediante as cláusulas e condições abaixo pactuadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constituem o objeto do presente Termo de Cooperação Técnica:

a) a promoção da cooperação mútua entre os órgãos signatários na área de formação, com a capacitação de policiais militares na execução de rondas ostensivas ou protetivas especializadas denominadas de **RONDAS MARIA DA PENHA - RMP**, e a qualificação dos serviços de atendimento, apoio e orientação nas ocorrências policiais envolvendo mulheres vítimas de violência doméstica, para prevenir e reprimir atos de

violações da dignidade do gênero feminino no enfrentamento à violência doméstica e familiar;

b) garantia de cumprimento das Medidas Protetivas de Urgência;

c) dissuasão e repressão ao descumprimento de ordem judicial;

d) o encaminhamento das vítimas à Rede de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica no âmbito Municipal ou Estadual, de acordo com a natureza das necessidades que as mulheres vitimadas demandem junto aos organismos da Segurança Pública;

e) a implantação da Sala Lilás para acolhimento e atendimento qualificado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES**

Compete aos Partícipes as seguintes atribuições:

### **I - À SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES:**

a) promover, em parceria com a SSP, a capacitação dos profissionais que forem atuar nas RONDAS MARIA DA PENHA, no que se refere aos aspectos sociais, culturais e legais pertinentes, tanto para as ações de atendimento das situações de emergências, através de palestras de conscientização, quanto para o policiamento preventivo e repressivo, por meio de cursos e oficinas de capacitação;

b) elaborar e supervisionar o conteúdo programático, a metodologia, material didático e carga horária, dos cursos e oficinas;

c) providenciar local adequado para realização dos cursos e oficinas de capacitação;

d) contribuir, mediante Termo de Cessão de Uso, com o aparelhamento da Sala de Coordenação Operacional das RONDAS MARIA DA PENHA e da Sala Lilás em Salvador, com os móveis e equipamentos necessários;

e) capacitar de forma progressiva os profissionais da Segurança Pública na Capital e no Interior do Estado, iniciando nos Municípios de Salvador, Feira de Santana e Porto Seguro, com foco na prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar;

e) articular, com a Secretaria da Segurança Pública, a Secretaria do Planejamento e a Secretaria da Fazenda, esforços conjuntos para a continuidade da ação RONDA MARIA DA PENHA - RMP;

f) indicar um(a) servidor(a) e suplente para comporem o Grupo Gestor (Comitê de Governança) e participar das reuniões periódicas de avaliação das ações da RONDA MARIA DA PENHA - RMP;

### **II - À SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA:**

#### **a) ATIVIDADES DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA - PMBA:**

1. disponibilizar o efetivo necessário à execução da RONDA MARIA DA PENHA, após avaliação estratégica do órgão de planejamento da PMBA, no local indicado, para realizar a capacitação e qualificação continuada;

2. apresentar um(a) Oficial(a) de ligação para coordenar as capacitações e qualificações do seu efetivo sobre a RMP;
3. designar um(a) Oficial(a) para Coordenação da RONDA MARIA DA PENHA;
4. realizar as RONDAS MARIA DA PENHA, em atendimento à demanda oriunda das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher em Salvador para mulheres com medidas protetivas de urgência ou risco iminente de morte, após avaliação da autoridade policial, ou seja comprovada a necessidade em razão da situação de risco;
5. confeccionar relatório mensal das ações desenvolvidas pela RMP;
6. realizar avaliação trimestral de acompanhamento e avaliação da RMP com os atores que compõem o presente Instrumento;
7. indicar um(a) Oficial(a) e suplente para comporem o Grupo Gestor (Comitê de Governança) e participar das reuniões periódicas de avaliação das ações da RONDA MARIA DA PENHA - RMP;

**b) ATRAVÉS DA POLÍCIA CIVIL DA BAHIA - PC:**

1. disponibilizar o efetivo, após avaliação estratégica do órgão de planejamento da PC, no local indicado, para realizar a capacitação sobre a RMP e Sala Lilás;
2. subsidiar a Coordenação da RONDA MARIA DA PENHA através das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher de Salvador, relacionando as mulheres em situação de risco de morte ou com medida protetiva de urgência, com todas as informações necessárias ao trabalho da ronda;
3. através da **POLINTER**, dar prioridade às ações para realizar as prisões preventivas designadas pela Justiça nos casos de medidas protetivas;
4. disponibilizar policiais civis para capacitação nos 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade, visando posterior socialização de conhecimentos com os demais membros das equipes de trabalho, sobre o atendimento às mulheres vítimas da violência doméstica e familiar;
5. indicar um(a) Delegado(a) para coordenar as capacitações para o efetivo de policiais civis em Salvador, sobre a RMP e o atendimento às mulheres vítimas da violência doméstica e familiar;
6. apresentar relatório estatístico mensal das medidas protetivas requeridas e incluídas previamente através de solicitações de acompanhamento pela RONDA MARIA DA PENHA;
7. realizar avaliação trimestral de acompanhamento e avaliação da RMP com os atores que compõem o presente Instrumento;
8. indicar um(a) Delegado(a) e suplente para comporem o Grupo Gestor (Comitê de Governança) e participar das reuniões periódicas de avaliação das ações da RONDA MARIA DA PENHA;



**e) ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA - DPT:**

1. disponibilizar o efetivo, após avaliação estratégica do órgão de planejamento do Departamento, no local indicado, para realizar a capacitação sobre a RMP e Sala Lilás;
2. indicar, em suas instalações em Salvador, um espaço reservado para recepcionar as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, encaminhadas para atendimento;
3. criar o espaço denominado de "Sala Lilás" nas dependências do DPT para acolhimento das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar;
4. indicar um(a) Perito(a) para coordenar as capacitações;
5. apresentar relatório mensal dos atendimentos realizados na Sala Lilás;
6. realizar avaliação trimestral de acompanhamento e avaliação da RMP com os atores que compõem o presente Instrumento;
7. indicar um(a) Perito(a) e suplente para comporem o Grupo Gestor (Comitê de Governança) e participar das reuniões periódicas de avaliação das ações da RONDA MARIA DA PENHA;

**ID - AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA:**

- a) fornecer suporte à Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, no cumprimento do presente Termo, observando as atribuições previstas no Decreto Judiciário nº 547, de 19 de agosto de 2011, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia;
- b) viabilizar no âmbito interinstitucional as ações necessárias para que os objetivos do presente Termo sejam atingidos;
- c) promover, em parceria com as instituições Participes, a capacitação dos servidores das unidades judiciais envolvidas;
- d) articular junto à Presidência e à Corregedoria Geral de Justiça, a fim de obter o apoio técnico-institucional necessário ao cumprimento do objetivo delineado neste Instrumento;
- e) manter atualizada a listagem das medidas protetivas concedidas e compartilhar com os entes envolvidos para consulta;
- f) fazer triagem dos casos com medida protetiva e oficiar ao Gestor do Programa quem são as vítimas nele inseridas, bem como elementos necessários ao regular andamento das RONDAS MARIA DA PENHA;
- g) viabilizar a realização de mutirões de cumprimento de medida protetiva, sempre que entender necessário;
- h) estabelecer fluxo a ser seguido por ocasião de descumprimento de medida protetiva, a partir da comunicação oficial ao Comitê de Governança da RONDA MARIA DA PENHA;

i) indicar um(a) servidor(a) e suplente para comporem o Grupo Gestor (Comitê de Governança) e participar das reuniões periódicas de avaliação das ações da RONDA MARIA DA PENHA;

#### **IV - AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA:**

a) articular em conjunto com os Partícipes deste Termo de Cooperação, as ações do programa de capacitação e formação dos policiais militares para a atuação na RONDA MARIA DA PENHA;

b) articular em conjunto com os Partícipes deste Termo de Cooperação a capacitação de policiais civis nos 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade referente ao enfrentamento e à prevenção à violência contra mulher nos Municípios em que não existam Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher - DEAM's;

c) promover o intercâmbio de informação e documentação bibliográfica nas áreas de interesse comum, inclusive através de suas bibliotecas virtuais;

d) elaborar e distribuir material doutrinário para subsidiar as respectivas atuações e a disseminação do conhecimento em Direito Penal de Gênero, Lei Maria da Penha e matérias afeitas ao tema;

e) divulgar informativos, roteiros práticos, manuais e orientações para cumprimento da legislação relativa ao objeto deste Instrumento;

f) realizar avaliação trimestral de acompanhamento e avaliação da RMP com os atores que compõem o presente Instrumento;

g) indicar um(a) servidor(a) e suplente para comporem o Grupo Gestor (Comitê de Governança) e participar das reuniões periódicas de avaliação das ações da RONDA MARIA DA PENHA;

#### **V - À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA:**

a) planejar, elaborar e promover, em conjunto com os Partícipes deste Termo de Cooperação, as ações do programa de capacitação e formação dos policiais militares para a atuação na RONDA MARIA DA PENHA, seguindo o plano de capacitação elaborado pela PMBA em parceria com a SPM;

b) planejar, elaborar e promover em conjunto com os Partícipes deste Termo de Cooperação a capacitação de policiais civis nos 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade referente ao enfrentamento e à prevenção à violência contra mulher nos Municípios onde não existam Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher - DEAM's;

c) promover o intercâmbio de informação e documentação bibliográfica nas áreas de interesse comum, inclusive através de suas bibliotecas virtuais;

d) elaborar e distribuir material doutrinário para subsidiar as respectivas atuações e a disseminação do conhecimento em Gênero e Violência contra a Mulher, Direito Penal, Direito Processual Penal, Lei Maria da Penha e matérias afeitas ao tema;

e) divulgar informativos, roteiros práticos, manuais e orientações para cumprimento da legislação relativa ao objeto deste Instrumento;

f) apresentar relatório estatístico mensal das medidas protetivas requeridas e outras solicitações de acompanhamento pela RONDA MARIA DA PENHA;

g) indicar um(a) Defensor(a) Público(a) para participar das capacitações para o efetivo de policiais civis em Salvador, sobre a RMP e atendimento a mulheres vítimas da violência doméstica e familiar;

h) realizar avaliação trimestral de acompanhamento e avaliação da RMP com os atores que compõem o presente Instrumento;

i) indicar um(a) Defensor(a) Público(a) e suplente para comporem o Grupo Gestor (Comitê de Governança) e participar das reuniões periódicas de avaliação das ações da RONDA MARIA DA PENHA;

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

A execução do presente Termo de Cooperação não implica em transferência de recursos financeiros entre as Partes.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO**

Para acompanhamento e execução do presente Termo de Cooperação, as Partes indicam a Coordenadora Executiva de Articulação Institucional e Ações Temáticas - CAT, RITA MARIA SOUZA, o Superintendente de Prevenção à Violência - SPV, CEL PM ADMAR FONTES, a Coordenadora Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar, NÁGILA MARIA SALES BRITO, a Coordenadora do Grupo de Atuação Especial em Defesa das Mulheres, MÁRCIA REGINA RIBEIRO TEIXEIRA, e FIRMIANE VENÂNCIO, como responsáveis, em suas respectivas esferas, realizando estudos para aplicação futura em outros Municípios, tomando por base o trabalho realizado pela RONDA MARIA DA PENHA na Capital do Estado.

Deverá ser nomeada, no Diário Oficial do Estado, a relação dos titulares e suplentes que irão compor o Comitê de Governança com representantes dos Partícipes do presente Termo, a fim de gerir o Programa RONDA MARIA DA PENHA.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA ASSINATURA**

Os órgãos cooperantes deverão, a partir da assinatura do presente Termo de Cooperação Técnica, expedir orientação aos que devam conhecê-lo, no sentido de dar pronto e adequado atendimento ao objeto deste instrumento e conhecimento do Protocolo Integrado de Atuação da RONDA MARIA DA PENHA.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES**

O presente Termo de Cooperação Técnica entrará em vigor na data da sua assinatura e vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por igual período, podendo ser sucessivamente e a qualquer tempo aditado, assim como poderá ser rescindido, sempre que houver interesse de qualquer das partes, mediante manifestação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO**

O presente Termo de Cooperação poderá ser denunciado a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por acordo entre os Partícipes, ou, ainda, por descumprimento das cláusulas e condições estabelecidas ou por superveniência de legislação que o torne inexecutável respondendo os mesmos pelas obrigações até então assumidas.



## CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Termo será efetuada em extrato, no Diário Oficial do Estado, correndo às expensas da Secretaria de Políticas para as Mulheres.


## CLÁUSULA NONA - DO FORO


Fica eleito o foro da Comarca de Salvador como competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo.

E, assim, por estarem justos e acordados, depois de lido e achado conforme, os Partícipes firmam o presente instrumento, em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma e para um só efeito, com todas as suas folhas também rubricadas, na presença de testemunhas, que também o subscrevem.

Salvador/BA, 08 de março de 2015.

  
**RUI COSTA**  
Governador do Estado da Bahia

  
**SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA BAHIA - SPM/BA**  
Maria Olívia Santana  
Secretária de Estado

  
**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DA BAHIA - SSP/BA**  
Maurício Teles Barbosa  
Secretário de Estado

  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
Desembargador Eserval Rocha

**4**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA,**  
Mareio José Cordeiro Fahel  
Procurador-Geral de Justiça

  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
Criston Cavalcante de Macedo  
Defensor Público Geral

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_





**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SPM/BA, A SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - TJ/BA, O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - MP/BA E A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA - DPE/BA, DATADO DE 08/03/2015, PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR PRATICADA CONTRA AS MULHERES NO ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA RONDA MARIA DA PENHA E SALA LILÁS.**

A **SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.763.132/0001-17, com sede na Avenida Tancredo Neves, n.º 776, Bloco A, 3.º Andar, Caminho das Árvores, CEP 41.820-904, Salvador/BA, doravante denominada, **SPM/Ba**, neste ato representada pela Secretária **JULIETA MARIA CARDOSO PALMEIRA**,

[REDACTED] devidamente autorizada mediante nomeação publicada no D.O.E. em 26/01/2017, a **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.937.149/0001-43, com sede na 4ª Avenida, n.º 430, CAB, Salvador/BA, doravante denominada **SSP**, neste ato representada pelo Secretário de Estado **MAURÍCIO TELES BARBOSA**,

[REDACTED] e como intervenientes a **POLÍCIA MILITAR DA BAHIA**, a **POLÍCIA CIVIL DA BAHIA** e o **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA**, todos órgãos integrantes da Administração Pública e vinculados à-estrutura da SSP, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 13.100.722/0001-60, com sede na 5ª Avenida, n.º 560, CAB, Salvador/BA, CEP 41745-971, doravante denominado TJ/Ba, neste ato representado pela Desembargadora Presidenta **MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO**,

o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 04.142.491/0001-, com sede na 5ª Avenida, n.º 750, CAB, Salvador/BA, CEP 41.745-004, doravante denominado MP/Ba, neste ato representado pela Procuradora Geral de Justiça **EDIENE SANTOS LOUSADO**,

[REDACTED] e a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.778.585/0001-14, com sede na Avenida Ulisses Guimarães, nº 3.386, Edif. MultiCab Empresarial, CEP: 41.219-400, Sussuarana, Salvador/BA, doravante denominada **DPE/Ba**, neste ato representada pelo Defensor Público Geral **CLÉRISTON CAVALCANTE DE MACÊDO**

[REDACTED] por interesse comum resolvem celebrar **TERMO ADITIVO**, aplicando-se, no que couber, as disposições Lei estadual n.º 9.433, de 01/03/2005, mediante a união de esforços e sob a forma de cooperação mútua para a consecução dos objetivos adiantes identificados, conforme as cláusulas e condições abaixo pactuadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Por meio do presente Termo Aditivo o prazo de vigência constante da Cláusula Sexta do TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, celebrado em 08 de março de 2015, para o enfrentamento à violência doméstica e familiar praticada contra as mulheres no estado da

Bahia, através da Ronda Maria da Penha e Sala Lilás, fica prorrogado por mais 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 09 de março de 2017.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

Ficam ratificadas as demais Cláusulas do TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA objeto do presente aditamento.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

A publicação do extrato do presente instrumento será efetuada, no Diário Oficial do Estado, correndo às expensas da Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, nos termos do artigo 131, §1º, da Lei estadual nº 9.433/2005.

E assim, por estarem de acordo, firmam este Instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também subscrevem.

Salvador/BA, 08 de março de 2017.

  
**SECRETARIA DE POLÍTICAS PAR HERES**

Julieta Maria Cardoso Palmeira  
Secretária

  
**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**

Maurício Teles Barbosa  
Secretário

  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**

Maria do Socorro Barreto Santiago  
Presidenta

  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

Ediene Santos Lousada  
Procuradora Geral

  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**

Clériston Cavalcante de Macêdo  
Defensor geral

### **Testemunhas:**

I – Nome: Karla Santos Pons

II – Nome: av:-

Assinatura: 

Assinatura: 

PORTARIA Nº 13610 DE 17 DE MARÇO DE 2017 O INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - INMIA, com filio no município de Curitiba, com o nº 161209, delega- da pela lei estadual nº 12212/11 - leis Estadual nº 10431/06 e nº 612/09, e suas alterações, regulam, mediante portaria Decreto Estadual nº 14.024/12 e, tendo em vista o que consta do Protocolo nº 2016.00035671/INMIA/CL-03567. RESOLVE: M. 1.º. Autorizar o direito de uso do recurso hídrico, vil do pelo prazo de 25 (vinte cinco) anos, a EMBASA - EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A, inscrita no CNPJ sob nº 13.504.675/0001-10, com sede na Avenida LUIS Viana Filho, nº 420, Centro Administrativo da Bahia, no município de Salvador, para captação subterrânea, na bacia hidrográfica do Recôncavo Norte, localizado no SAA Das D'Ávila, no município de Das D'Ávila, nas coordenadas lat 13º 30' e Long. 44º 17' 00", de acordo com o Sudeste 2000, do ponto 11, de vazão 6.729 m³/dia, durante 24 hid. para fins de abastecimento humano, mediante o cumprimento da legislação vigente do condicioneo do do ptegral único deste artigo que constam na íntegra da Portaria, no referido processo. Art 2.º - Esta porta na qual dispensa tem substitui a obtenção, pelo autorizado, de concessão, alvará ou licenças de qualquer natureza, vigidas pela legislação pertinente, rederat. estadual ou municipal, cu de outorga vigidos e entidades competentes. Art 3.º - Estabelecer que esta outorga, bem como cópias dos documentos referidos no seu cumprimento "jam sentidas disponíveis à população do INMIA Queda-d'água, 6160 do s.ªma Nacional de Meio Ambiente. SISNAMA. Art 4.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. MÁRCIA CRISTINA TELLES DE ARAÚJO LIMA - Diretora Geral

POR TARIA W <3611 CE 17 DE MARÇO DE 2017 O INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - INEMA, com tulo no art. 18 da Lei nº 12.911/2011, que institui o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA, no âmbito do Poder Executivo Municipal, resolve:

Art. 1º - Conceder LICENÇA DE INSTALAÇÃO, válida pelo prazo de 05 (seis) anos, à ESPAÇO XXI IMOBILIÁRIA E TURISMO LTDA inscrita no CNPJ sob nº 08.421.886/0001-42, com Mdtr na Avenida das Nações, Unidade 2, 901, s/nº Andar - Torre Oeste, Brooklin Paulista, no município de São Paulo - SP, para a construção e exploração de um empreendimento turístico RIMMER C&L Espaço XXI, com área total de 3040,064,44m², sendo a Fase em obra de 1.525,005,44m², conforme loteamento LPT 11/11, fl. 61000, com Townhouls (Casas geminadas). 45 Lotes unifamiliares com aproximadamente 1.000,00 m². 76 Lotes unifamiliares com aproximadamente 2.000,00 m². 3 Clubes Sociais e Esportivos, 1 Centro Comercial e Loja de Conveniência/Café e uma área reservada para Hotel, a Fase 2 em área de 1.515.079,00m², amstrituída de 1 parcela. 20 Lotes unifamiliares com aproximadamente 4.000,00 m², 97 Lotes unifamiliares com aproximadamente: 2.000000 m², fl 1 Beacon Club e um Joo reservado para o Hotel localizado na Rodovia BR 030, Km 40, zona rural, no município de Maracá, mediante o cumprimento da legislação vigente e dos condicionantes constantes da Integra da Ponça que se encontram no rdo Prossso final n.º Este portaria aprova o Plano de Saneamento de Fauna, incluindo seu MAUO e Itenspostos, quando ne. sário.

Art. 2º - Esta Usença refere-se, a análise de viabilidade ambiental d Complicncia do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, cabendo ao Interessado obter a Anúncia e/ou Autorização das outras, Instituições do Distrito Federal, Estadual ou Municipal, quando couber.

para que a mesma atcanse seus efeitos legais. M. . . Estabelecer que esta Licença, bem como cópias dos documentos relativos ao cumprimento dos condicionantes, sejam mantidos disponíveis - riscotacao do INEMAE aos demais órgãos do Sistema Estadual de Meio Ambiente - SISEMA Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação. MÁRCIA CRISTINA TELES DE ARAÚJO LIMA - Diretora Geral

**SECRETARIA DE POLÍTICAS  
PARA AS MULHERES**

## EXTRATO DE ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica celebrado em 08/03/2015 entre o Secretário da Polícia para Mulheres, e SPWBA - Secretaria da Segurança Pública, SSP, o Titular da Justiça do EStado da Bahia - TJBA, o Ministério Público do Estado da Bahia - MPBA e a Otoriedade Pública do Estado da Bahia - OPEBA, para o enfrentamento à violência doméstica e familiar praticada contra as mulheres no Estado da Bahia, através da Rond 3ª Mar de Penha e da Sala Ulys Obisio, prorrogação do prazo de vigência por mais 24 (vinte e quatro) meses a partir, 01/03/2017. O Ratificação: Fiem manifestas as demas, dáusAs, e condõe nto, acaçada, por este Inamento. Data dit assina, 11/08/2017. Assinam: Julieta Maria Cardoso Almeida - Secretária da SPWBA, Maurício Teles Barçosa - Secretário da SSPBA, Maria do Soc, 1100 Baileiro Santiago - Presidência do TJBA, Ediene Santos Lousada - Procuradora Geral de Justiça do MPBA e Cláudio Cavalcante de Macedo - o.fonso, Público Geral da OPEBA.

## SECRETARIA DA SAÚDE

## SERVICO PÚBLICO ESTADUAL

Relatório dos Desfechos publicados no DOE de 15/03/17  
Processo: 0001 160.396.81/0300160721 6-7  
CICQ 160.396.81/0300.160.721.719  
160 396 81/0300.160.721.719 20150000 160 719 482  
03001 50.391 874/0300.160.453.9151/300160.713.160/Q300.160.779 480  
Entidade: HoSóli Regional Dr. Mino Dourado Sobrinho - hccs/Ea  
Pezzo Socol - Gestao A-Gillic, Obas Sodols Ima Dulce

Once se lê: CNPJ 15176.551/0002-00

Leia-se CNPJ 15.1785510006/21

## TERMO DE RETRATIFICAÇÃO

Nº Resolução CIB Nº099.2015, que aprova mais as seguintes atividades e qualificação para o Programa de Transplantes do EBCCSO da Bahia, publicado no Diário Oficial do Estado de 06 de agosto de 2015, considerando como o 1º citado no seu Art. 1º, Inc.º 1º o qual a publicação é época.

## ANEXO IDA RESOLUCÀOCIB N' 099/2015

Q10	Le1r,	1,rá,... Allol♦	Cogave	DoY,b Gdf
HBE	L... 127	263100	9llno	9CU0
	lettosUll +28		OBmés	15 <sup>m</sup> é
HBF	U010< 2753	d739le4	11Aw,	19ld
	ts;1OrBTI	3S)h\,		9, "
KGRS	L <sup>m</sup> OS 139	• M -	3wa-	r-2ar ♦
	L10< Ull 211	113mjs	lms	
r,la d	Leo <sup>m</sup> A6	314S, <sup>m</sup>	4E,WJ	U)J, A
	11r.1 U	.tY,rt1	488♦	9, 6
VMA	lt.t,c ♦	9, 9	♦ -	1/tar,
	l <sup>m</sup> (U1)1	9, "	lm,	
lneLWUOLtd	L <sup>m</sup> os980	2V♦ano	Wano	1/9lf,
	LOlml'1	2U5m6	,1	1/<, <
looea ♦ FrlasPor10	ldOs •68	91lano	12ano	♦a-m
SgdD	L4m 171	m16o	11 <sup>m</sup>	.1T,
	1110D 1k	700,...	71e4	1k1m
...1,u...	LeX>Ull	581és	O7m*	
	30			
e,,Cra;	Lc,m •2D	65lano	2,...	CU118>
	Letll Ull	5 -	02,1♦	
	•2D			
TU		2 375lno	♦lrv>o	1♦
		1835 ,Q/m♦	jo.	&me,

Salvador, 17 de marzo de 2017.

Filipe was a Boas Puno  
Secretário Estadual da Saúde  
Coordenador da C18BA

Século dos Santos Souza  
Pru.1denle do COSEMS Bit  
Coopraenaco.a Aditunla da C16 8A

## RESOLUCAO CIB N° 02/17017

Apoyó as metas cuantitativas e qualitativas para as Organizações, a Procuradoria Organizacional do Estado de Bahia para o período de 2017 a 2018

A Plenária, da Comissão Intergestores- Suplente do Bacia no uso de suas atribuições. Lido em visto o pedido do 24º Roraima 0001/2011, do dia 21 de fevereiro de 2011, e com Voto de 12 votos a favor, 02 contra e 01 abstenção, resolveu:

## RESOLVE

An1 - Aprovar as métricas quantitativas e qualitativas para as Organizações de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo para o período 2017 a 2018, conforme anexo, e o 02 - resolução final.

Salvador, 17 de maio 2017

Fábio Vilu-Boas Pinto  
Sec. etá,<sup>o</sup> Ef. t1 dual da Saúde  
Coo. denado. da CIBIBA

Stela do, Santos Souza  
Pre-donle do COSEMSIBA  
Coordenadora Adjunta da CIB/BA

## ANEXO 01 OA RESOLUÇÃO OB Nº 02412017

I k.\*SQA1111A! ,\*\* PA< (>GAL)CAO II: ♦oc.w. r: QGL S °P  
Q-76 .e♦,r J.II?LOSCA♦OS ca;,;  
08TOS NOTIFICACOE + t.t.( v...=ClFOE b  
2M5295 % \*♦l: ♦ = "v.  
.e-w(†

SIA  
FEB 1976  
107AS



**Paula Souza de Paula Marques**

---

**De:** Jamile dos Santos Barreto <jamile.barreto@mpba.mp.br>  
**Enviado em:** sexta-feira, 5 de abril de 2019 10:06  
**Para:** paula.paula@mpba.mp.br; contratos@mpba.mp.br; Livia Maria Santana e Sant'Anna Vaz  
**Assunto:** Fwd: Fwd: ENC: Ref.: Vigência – Termo de Cooperação Técnica – SPM, SSP, TJ/BA e DPE/BA  
**Anexos:** D 51 - 1º termo aditivo.pdf; D 51 - termo de cooperação.pdf

Bom Dia,

de ordem da Promotora de Justiça, Coordenadora do GEDEM, Dra. Livia Maria Santana e Sant'Anna Vaz, informo que não há interesse do GEDEM em renovar o Termo de Cooperação no momento, visto que a sala Lilás está funcionando precariamente e antes de assinar uma possível renovação se fazem necessárias algumas intervenções administrativas pelo GEDEM/CAODH.

Atenciosamente

Jamile Barreto  
Assist. Téc. Adm.  
GEDEMem

----- Mensagem encaminhada -----

**Assunto:** Fwd: ENC: Ref.: Vigência – Termo de Cooperação Técnica – SPM, SSP, TJ/BA e DPE/BA  
**Data:** Wed, 3 Apr 2019 10:07:12 -0300  
**De:** Jamile dos Santos Barreto <jamile.barreto@mpba.mp.br>  
**Para:** Livia Maria Santana e Sant'Anna Vaz <liviamaria@mpba.mp.br>

----- Mensagem encaminhada -----

**Assunto:** ENC: Ref.: Vigência – Termo de Cooperação Técnica – SPM, SSP, TJ/BA e DPE/BA  
**Data:** Tue, 2 Apr 2019 15:36:34 -0300  
**De:** Paula Souza de Paula Marques <paula.paula@mpba.mp.br>  
**Para:** jamile.barreto@mpba.mp.br  
**CC:** Central de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

Prezada Colega,

Conforme conversado por telefone, segue e-mail encaminhado ao Gedem em 23/01/2019.

Cordialmente,

**Paula Souza de Paula Marques**

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações  
Superintendência de Gestão Administrativa

**De:** Filipe Almeida Caldas Conceição [<mailto:filipe.conceicao@mpba.mp.br>]  
**Enviada em:** quarta-feira, 23 de janeiro de 2019 10:06  
**Para:** Gedem; Livia Maria Santana e Sant'Anna Vaz  
**Cc:** Gabinete; Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
**Assunto:** Ref.: Vigência – Termo de Cooperação Técnica – SPM, SSP, TJ/BA e DPE/BA

FINEZA CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTA COMUNICAÇÃO, ATRAVÉS DE RESPOSTA AO ENDEREÇO ELETRÔNICO [contratos@mpba.mp.br](mailto:contratos@mpba.mp.br).

CI. nº 15/2019 – CEACC/DCCL

Ref.: Vigência – Termo de Cooperação Técnica – SPM, SSP, TJ/BA e DPE/BA

Salvador, 23 de janeiro de 2019.

Prezada Senhora  
**Livia Maria Santana e Sant'ana Vaz**  
Promotora de Justiça Coordenadora  
Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher – GEDEM

Prezada Senhora Promotora de Justiça Coordenadora,

Noticiamos a Vossa Excelência a proximidade do termo final de vigência (**08/03/2019**) do Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre este *Parquet* e a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia, a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e a Defensoria Pública do Estado da Bahia, cuja finalidade se consubstancia em “a) a **promoção da cooperação mútua entre os signatários na área de formação, com a capacitação de policias militares na execução de rondas ostensivas ou protetivas especializadas denominadas de RONDAS MARIA DA PENHA - RMP, e a qualificação dos serviços de atendimento, apoio e orientação nas ocorrências policiais envolvendo mulheres vítimas de violência doméstica, para prevenir e reprimir atos de violação da dignidade de gênero feminino no enfrentamento à violência doméstica e familiar; b) garantia de cumprimento das medidas protetivas de urgência; c) dissuasão e repressão do descumprimento de ordem judicial; d) o encaminhamento das vítimas à Rede de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica no âmbito Municipal ou Estadual, de acordo a natureza das necessidades que as mulheres vitimadas demandem junto aos organismos da Segurança Pública; e) a implantação da Sala Lilás para acolhimento e atendimento qualificado às mulheres vitimas de violência doméstica e familiar”.**

Considerando que eventual renovação do Termo deve ser promovida antes do encerramento do prazo original de sua vigência, solicitamos que, caso haja interesse institucional na manutenção do ajuste, seja procedida a interlocução necessária com o(s) Conveniente(s), com consequente encaminhamento de minuta de Termo Aditivo a esta Unidade, para que possamos promover o trâmite administrativo necessário à sua aprovação e posterior celebração.

Na hipótese de necessidade de elaboração da minuta de aditivo por esta Diretoria, solicitamos o encaminhamento dos dados atualizados sobre a representação legal (nome completo e cargo) e endereço



atualizado da(s) sede(s) administrativa(s) do(s) Conveniente(s), bem como a indicação das alterações a serem incluídas no aditamento (a exemplo do período abrangido na prorrogação de vigência e/ou a inclusão/exclusão de obrigações entre as partes).

Por outro lado, caso não haja interesse institucional na prorrogação, ou haja qualquer fato que impossibilite o aditamento do instrumento, solicitamos a Vossa Excelência que seja informada esta Diretoria, para fins de cadastramento e arquivamento do expediente correlato.

Com os nossos cumprimentos,



**Carlos Bastos Stucki**

Diretor

Matrícula 353.936

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.